



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



EDITAL

CREDENCIAMENTO 003.2026-PMC
(Processo Administrativo Nº 017/2026-PMC)

OBJETO: o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELF SERVICE), LANCHES, COOFEE BREAK E BUFFET SOB DEMANDA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.490.783,25 (dois milhões quatrocentos e noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL: 12 (doze) meses.

LOCAL: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá EXCLUSIVAMENTE na Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br)

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: 12 MESES.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: A partir de 18 de maio de 2026.

MODO DE SELEÇÃO: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Praça Coronel Horário, nº 70, Centro- Curuçá, Pará, CEP 68.750-000, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 hs a partir da data de sua publicação.

Pelo site: www.curuca.pa.gov.br.

Pela Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR	5
4. DA HABILITAÇÃO	6
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	8
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	10
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
9. DA CONTRATAÇÃO	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	11
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	11
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	12
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026-PMC
(Processo Administrativo nº017/2026-PMC)

Torna-se público que o(a) **Município de Curuçá**, por meio do(a) **Comissão Permanente de Contratação**, sediado(a) **Praça Coronel Horácio, nº 70, Centro, CEP 68.750-000, Curuçá, Estado do Pará**, realizará CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELF SERVICE), LANCHES, COOFEE BREAK E BUFFET SOB DEMANDA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do **art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878**, de 2024.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados na Plataforma de Licitações Licitanet (www.licitanet.com.br).

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

- 2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;
- 2.5.3. *Sociedades cooperativas;*



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



- 2.5.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.5.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.7. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.11. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 2.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.7 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.5 e 2.5.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.5.5 e 2.5.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Licitanet (www.licitanet.com.br), encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. *Descrição detalhada do objeto contendo informações sobre marca, fabricante etc (quando couber).*

3.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços objeto desta contratação.*

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e estão contidos no Termo de Referência que é parte integrante deste edital.

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

4.3. O órgão credenciante terá o prazo máximo de **07 (sete)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Nota explicativa: A empresa credenciada é obrigada a ter em seus cargos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência caso contem com 100 (cem) ou mais empregados, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

4.7. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

4.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.8. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no junto ao Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



4.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio eletrônico através da Plataforma do Licitanet até a conclusão da fase de habilitação.

4.10. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da comissão de contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até **02 (duas)** horas, para:

4.10.1 A aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

4.10.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.10.3 Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

4.10.4 Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

4.11. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

4.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em **01 (um)** dia útil, sob pena de preclusão;

Nota explicativa: O Decreto nº 11.878, de 2024, deixa a cargo do edital a definição do prazo de manifestação da intenção de recorrer (art. 17, *caput*). Alerta-se, todavia, que este prazo não poderá ser superior a 3 (três) dias úteis, considerando que este é o prazo limite para apresentação das razões recursais propriamente ditas.

5.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico através da Plataforma Licitanet.
- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.curuca.pa.gov.br

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Nota explicativa: As infrações e penalidades dispostas nesse tópico se referem especialmente ao procedimento do credenciamento, ficando no contrato os regramentos inerentes à fase de execução contratual.

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
 - 6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;
 - 6.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
 - 6.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 6.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
 - 6.1.6. Fraudar o credenciamento;
 - 6.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 6.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
 - 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



- 6.2.1. Advertência;
 - 6.2.2. Multa;
 - 6.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 6.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
 - 6.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
 - 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica, junto a Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br)

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de **02 (dois)** dias úteis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de **12 (doze) meses**, com início na data de assinatura, podendo haver prorrogações sucessivas nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021.

9.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. *Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:*

10.1.1. Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços objeto deste credenciamento.

10.1.2. Serão classificados por ordem cronológica de data do protocolo dos documentos de habilitação. O mesmo critério será adotado para a contratualização dos credenciados, ou seja, conforme a ordem cronológica de protocolo dos documentos exigidos no chamamento público.

10.1.3. O número de credenciados necessários para execução do objeto e/ou o cronograma de atividades, com previsão das datas de início e de conclusão dos trabalhos poderá ser levado em consideração para aplicação dos critérios de distribuição das demandas.

10.1.4. A lista observará a ordem de credenciamento (ordem cronológica de protocolo dos documentos de habilitação) e será rotacional, retornando ao primeiro da lista ao fim do transcurso desta.

10.1.5. Havendo novos credenciados após a emissão da lista, estes irão para o fim da lista de revezamentos estabelecida e atenderão ao revezamento entre os demais credenciados.

10.1.6. A lista contendo a ordem de distribuição de demandas dos credenciados poderá ser solicitada pelos credenciados, para melhor controle.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o desc credenciamento quando houver:

11.4.1. Pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de **30 (trinta) dias**;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



- 11.4.2. Perda das condições de habilitação do credenciado;
- 11.4.3. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 11.4.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de publicação.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA) e endereço eletrônico www.curuca.pa.gov.br

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 13.5.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 13.5.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Curuçá (Pa), 18 de maio de 2026.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES
Prefeito

MÁRCIO DA SILVA MOREIRA
Agente de Contratação
Portaria 038/2026 - GP



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Trata-se o presente objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELF SERVICE), LANCHES, COOFEE BREAK E BUFFET SOB DEMANDA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme **Decreto Municipal nº 128-A/ de 14 de dezembro de 2023** e conforme artigo 20 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades estimadas no escopo da tabela contida no item 3 deste instrumento.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1. A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril, e suas alterações, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal 128- A, de 14 de dezembro de 2023, e outras normas que regem a matéria.
- 2.2. Notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - Credenciamento;

[...]; Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



novos interessados;

II - Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

[...];

V - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração. Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados.

3. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

Nº	ITEM/DESCRIÇÃO	UND	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	REFEIÇÃO COMERCIAL BUFFET LIVRE - (almoço e janta)- Tipo Self Service - almoço ou jantar,contendo arroz, feijão, dois tipos de guarnição (massa, tubérculo, ou legumes cozidos, ensopados frito ou ao molho) dois tipos carnes (frango, carne suína, bovina ou peixe) salada com dois tipos de verduras (variadas) e uma bebida (refrigerante lata 350ml ou 300ml de suco). Deverá ser feito rodizio (variação) do cardápio para que não haja repetições diárias do mesmo cardápio. Disponíveis aos 7 dias da semana, sendo contratado a critério da administração.	UND	22.100	R\$ 40,08	R\$ 885.823,25
2	REFEIÇÃO TIPO MARMITA - individual acondicionada em embalagem térmica ou descartável apropriada (tipo marmita média, com capacidade entre 500g). Contendo:02 (duas) porções de proteína (carne bovina, peixe e/ou frango, ambos de primeira qualidade); 02 (duas) porções de carboidratos variados (ex.: arroz, feijão, macarrão, farofa, purê, etc.); 01 (uma) porção de salada fresca; 01 (uma) porção de legumes cozidos ou refogados. A refeição deverá ser entregue pronta para o consumo, observando-se as boas práticas de manipulação e higiene, conforme normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes	UND	20.000	R\$ 32,19	R\$ 643.700,00
3	LANCHES TIPO I - Contendo no minimo: 01 Pão com queijo e presente embalados em recipiente descartável com guardanapo de papel, 01 garrafa de 350ml de suco de frutas natural (acerola. Maracuja ou goiaba) ou 01 lata de 269ml de refrigerante nos sabores artificiais de cola, guaraná ou laranja.	UND	10.000	R\$ 14,91	R\$ 149.075,00
4	LANCHES TIPO II - Contendo no minimo: 01 salgado frito ou assado, embalados em recipiente descartável com guardanapo de papel, 01 garrafa de 350ml de suco de frutas natural (acerola. Maracuja ou goiaba) ou 01 lata de 269ml de	UND	10.000	R\$ 17,76	R\$ 177.600,00



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



	refrigerante nos sabores artificiais de cola, guaraná ou laranja.				
5	SERVIÇOS DE BUFFET PARA EVENTOS OFICIAIS - (MINIMO DE 100 PESSOAS) - Os serviços terão duração mínima de 06 (seis) horas de ventos, deverão incluir: garçons, copeira, louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos: entradas, 02 pratos quentes, 02 pratos frios, bebidas não alcoólicas de primeira linha, 02 sobremesas, sucos naturais (sabores a combinar)	UND	2.000	R\$ 101,86	R\$ 203.710,00
6	SERVIÇOS DE COFFEE BREAK - MESA MONTADA - (MINIMO 50 PESSOAS) - Os serviços terão duração mínima de 04 (quatro horas de ventos. Os serviços deverão incluir: louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos no mínimo: : salgados de forno e fritos, pães (mínimo de 02 opções), docinhos (mínimo 02 opções), bolos (mínimo de 02 opções), café, leite, iogurte, frutas (no mínimo 04 opções), sucos de fruta natural (sabores a combinar), água mineral	UND	3.000	R\$ 43,63	R\$ 130.875,00
7	SERVIÇOS DE BUFFET PARA EVENTOS OFICIAIS - (MINIMO DE 150 PESSOAS) Os serviços terão duração mínima de 06 (seis) horas de ventos, deverão incluir: garçons, copeira, louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos: entradas, 03 pratos quentes, 03 pratos frios, bebidas não alcoólicas de primeira linha, 02 sobremesas, sucos naturais (sabores a combinar).	UND	2000	R\$ 150,00	R\$ 300.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.490.783,25 (dois milhões quatrocentos e noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

3.1. Por se tratar de mera estimativa de custeio de despesas com terceiros, tais valores não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para os CONTRATANTES, razão pela qual, não serão exigidos nem considerados para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. Não serão exigidas amostras para esta contratação.

6. DA VISTORIA

7.5. Não será exigida vistoria prévia para esta contratação.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

7.1. A solução encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8. GARANTIA DA PROPOSTA

8.1. Não se aplica.

9. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não será exigida a prestação de garantia no fornecimento da licitante vencedora previamente ao contrato, tendo em vista, que o processo já estabelece os critérios de garantia, prazos e condições de entrega.

10. BENEFÍCIOS PARA ME E EPP e MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA ME/EPP LOCAL

10.1. Este processo contará com a aplicação do benefício de contratação local, em favor das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no município, fortalecendo a economia local entre os fornecedores do município.

10.2. A presente sugestão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- a) **Desenvolvimento econômico local:** A adoção de contratação local contribui diretamente para o fortalecimento da economia municipal, incentivando a geração de empregos e a dinamização das cadeias produtivas locais.
- b) **Eficiência logística e operacional:** Empresas sediadas no município apresentam maior facilidade para o cumprimento de prazos, substituições e garantias, o que representa ganhos operacionais à Administração e redução de custos indiretos.
- c) **Existência comprovada de fornecedores locais aptos:** A pesquisa de mercado evidenciou a presença de micro e pequenas empresas localizadas em Curuçá e região que atuam no ramo de prestação dos serviços desta contratação, demonstrando a viabilidade técnica da aplicação da medida.
- d) **Potencialização do impacto social da contratação:** A medida reforça o caráter indutor da política pública de contratações governamentais, promovendo inclusão produtiva, fortalecimento do empreendedorismo e incentivo à formalização de pequenos negócios locais.

10.3. REQUISITOS PARA APLICAÇÃO

- a) A ME/EPP deve comprovar sede ou filial ativa em Curuçá.
- b) A empresa precisa declarar na plataforma o porte de sua empresa, para que assim tenha acesso ao benefício (em caso de falsa declaração a empresa deverá ser desclassificada do certame)

11. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

11.1. A vigência do Contrato terá seu termo inicial na data de sua assinatura, depois de cumpridas as formalidades legais, perdurando pelo período de 12 (doze) meses, desde que constatado sempre, o total cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



11.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei Federal 14.133/21, Art. 84.

11.3. A prestação do serviço será de forma PARCELADA, conforme solicitação da Secretaria Municipal requisitante.

11.4. O Município de Curuçá não está obrigado a adquirir e/ou contratar uma quantidade mínima dos serviços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da emissão da ordem de serviço.

Requisitos gerais de execução dos serviços

11.5. A execução do objeto deverá seguir as seguintes condições:

- a)** As refeições deverão ser preparadas com alimentos de primeira qualidade, dentro dos padrões nutricionais adequados e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes;
- b)** Os alimentos deverão apresentar condições satisfatórias de sabor, aparência, textura, temperatura e higiene;
- c)** Os marmitex deverão ser acondicionados em embalagens térmicas adequadas, próprias para alimentos, devidamente vedadas e identificadas.
- d)** As refeições do tipo **marmitex** deverão ser preparadas e **entregues no local indicado na requisição emitida pela Administração**, dentro do **perímetro urbano do Município de Curuçá**, observando-se os horários previamente definidos pela Secretaria solicitante.
- e)** **Refeições do tipo buffet livre (por quilo)** deverão ser disponibilizadas para consumo **em estabelecimento comercial (restaurante) devidamente instalado e em funcionamento no Município de Curuçá**, onde os servidores e demais autorizados pela Administração poderão realizar as refeições mediante apresentação de autorização ou documento equivalente emitido pelo setor competente. E ainda deverá oferecer variedade mínima de preparações, incluindo arroz, feijão, carnes, guarnições, saladas e acompanhamentos, de forma equilibrada;
- f)** Os lanches deverão ser entregues com armazenamento e embalagens adequadas, considerando fatores como calor, a fim de não inutilizar o consumo.
- g)** Especificamente para o **serviços de buffet para eventos**, a(s) empresa(s) fornecerá(ão) o buffet completo de alimentos e bebidas, incluindo os apetrechos ornamentais e de cozinha proporcionais ao quantitativo de pessoas previstas para cada evento, devidamente limpos e higienizados. Os alimentos e as bebidas deverão ser fornecidos em boa qualidade, dentro do prazo de validade e dispostos de forma harmoniosa nas travessas e bandejas, bem como servidos em temperatura adequada para cada tipo de alimento ou bebida; As bebidas deverão ser servidas em jarras de vidro ou garrafas térmicas estando (preferencialmente) identificadas. Não obstante, os funcionários deverão atender as dúvidas, de imediato, de todos que venham a solicitar informações sobre os tipos de alimentos ou bebidas que estarão à disposição; Todos os acessórios de cozinha deverão estar devidamente limpos



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



e higienizados para seu uso, assim como a boa apresentação dos demais apetrechos a serem utilizados.

- h)** Os locais onde serão realizados o buffet para eventos oficiais, serão disponibilizados pela Secretaria demandante dentro do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis.
- i)** Caso a empresa desconheça o local indicado, poderá solicitar uma inspeção prévia para organização planejada do evento. Havendo óbices quanto ao local designado, a empresa deverá justificar o motivo formalmente a contratante;
- a)** Para os serviços de buffet de eventos oficiais, a(s) contratada(s) deverá(ão) disponibilizar, além do mencionado, os seguintes itens para o uso dos convidados:
 - ✓ Toalhas e sobre toalhas lisas, de preferência em cor branca ou em cores de tonalidade “pastel”, sem desenhos ou estampas.
 - ✓ Guardanapos descartáveis de papel, brancos, lisos, sem estampas ou desenhos, de boa qualidade e porta guardanapos para armazenamento dos mesmos, além de sachês de sal refinado para todos os eventos
 - ✓ Pratos de vidro incolor ou branco, ou de porcelana na cor branca, rasos, de no mínimo 26cm de diâmetro
 - ✓ Copos ou taças de vidro transparente, de no mínimo 250 ml e máximo 350ml, colheres, garfos, facas em aço inox;
 - ✓ Taças individuais de vidro para sobremesas;
 - ✓ Copos (200ml), pratos, talheres, canudos e palitos de dente descartáveis para todos os eventos.
 - ✓ A(s) empresa(s) disponibilizará(ão) número mínimo de garçons, copeiros, cozinheiros e recepcionistas, de acordo com a demanda de cada evento;
 - ✓ As subcontratações que a empresa encarregada vier a fazer, sobre algum evento que tenha essa necessidade por conta de suas especificações, serão de sua total responsabilidade, devendo considerar os custos ao emitir seu orçamento;

Local da prestação dos serviços

7.1. Os serviços serão prestados ao longo de todo o Município de Curuçá.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a Secretaria demandante e a contratada devem ser realizadas por escrito



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Secretaria demandante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante termo aditivo, desde que a(s) parte(s) seja(m) notificada(s) e o contrato apresente vantagem para a administração pública e haja crédito orçamentário disponível. A vigência não poderá exceder 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

9.1. No que diz respeito a justificativa de preços, em atendimento ao que preconiza o artigo 28 inciso I, da Lei 14.133/2021, foram realizadas pesquisas de preço atendendo o custo estimado total da contratação.

9.2. Para definição do quantitativo, foram analisados os históricos das prestações de serviços anteriores e restaram incorporados nesta contratação em análise, bem como fora ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

9.3. A fixação dos preços atende aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e reforçados na Lei 14.133/2021, considerando:

- ✓ **Isonomia e impessoalidade:** Todos os credenciados receberão **a mesma remuneração** pelo mesmo serviço, evitando favorecimentos indevidos ou disputas predatórias.
- ✓ **Economicidade e eficiência:** A prefixação evita sobre preço, reduz riscos de práticas abusivas e garante **previsão orçamentária** para a Administração.
- ✓ **Transparência e publicidade:** Os valores são previamente conhecidos e divulgados, garantindo clareza e segurança jurídica ao procedimento.
- ✓ **Compatibilidade com a natureza dos serviços:** o objeto possui **características técnicas padronizáveis** quanto a gramatura, composição dos itens, modo de fornecimento e requisitos sanitários.

9.4. Dessa forma, a adoção de preços fixos:

- ✓ Garante uniformidade de qualidade;
- ✓ Permite que vários fornecedores atendam à Administração simultaneamente;
- ✓ Impede que preços artificialmente baixos comprometam a qualidade do alimento destinado ao público atendido.

9.5. A jurisprudência dos Tribunais de Contas, inclusive TCU, é consolidada no sentido de permitir credenciamento com preços fixados **quando o objeto permite padronização**, como serviços de saúde, transporte escolar e **alimentação**.

Prevenção de desequilíbrios contratuais

9.6. Quando a Administração utiliza preços de mercado obtidos por **pesquisa formal**, assegura-se:

- ✓ Aderência aos valores praticados localmente;
- ✓ Respaldo técnico;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



- ✓ Mitigação de riscos de desequilíbrio econômico-financeiro;
- ✓ Uniformidade no atendimento das demandas da Secretaria.

Segurança jurídica

9.7. A jurisprudência é pacífica no sentido de que o credenciamento:

- ✓ Não se submete a competição por preço, mas sim ao atendimento dos **requisitos técnicos**, e pode adotar **preços fixados pelo gestor** desde que justificados e baseados em Estudo técnico ou referência válida.
- ✓ O TCU já firmou entendimento no sentido de que, quando o objeto é padronizável, **a Administração pode e deve estabelecer previamente o valor da remuneração**, garantindo transparência e eficiência.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

10.2. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 10.2.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 10.2.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 10.2.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 10.2.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 10.2.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 10.2.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

10.3. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

10.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.4. DO GESTOR DO CONTRATO

10.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

10.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

10.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

10.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

10.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

10.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

10.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. RECEBIMENTO

11.1.1. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato realizará o recebimento



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



provisório **dos serviços** no início da vigência contratual e no início de cada mês subsequente à prestação dos serviços. Esse procedimento será formalizado por meio de um termo detalhado, no qual será verificado o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas no contrato, conforme o art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

- 11.1.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou no início dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 11.1.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos nos prazos fixados neste instrumento, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 11.1.4.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 11.1.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 11.1.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.1.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 11.1.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** O período respectivo de execução do contrato;
- e)** O valor a pagar; e
- f)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

11.2.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

11.2.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.3. PRAZO DE PAGAMENTO

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



11.4. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.4.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.4.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.4.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.4.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1.** A forma da contratação será por meio de CREDENCIAMENTO, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados:
- 12.2.** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas:
- 12.3.** A contratação será realizada de acordo com a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela Comissão Permanente de Contratação, assegurando a igualdade de tratamento, dividindo os serviços proporcionalmente entre os credenciados, com objetivo de oportunizar contratação de todos os credenciados no sistema de rodízio.

Forma de Fornecimento:

- 12.4.** O fornecimento do objeto será executado sob demanda e em forma parcelada.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 13.1.** As exigências de habilitação deverão observar integralmente os requisitos de habilitação nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 13.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.1.1.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 13.1.2.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 13.1.3.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 13.1.4.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.1.5.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 13.1.6.** Cédula de Identidade e Comprovante de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Físicas (CPF) emitido pelo site da Receita Federal do Brasil;
- 13.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 13.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 13.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



- 13.2.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.2.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.2.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.2.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.2.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

- 13.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 13.3.2.** Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.
- 13.3.3.** Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.
- 13.3.4.** Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 13.3.5.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 13.3.6.** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício: Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



- 13.3.7.** Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço.
- 13.3.8.** Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;
- 13.3.9.** DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.
- 13.3.10.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 13.3.11.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 13.3.12.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 13.3.13.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;
- 13.3.14.** No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;
- 13.3.15.** A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;
- 13.3.16.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou igual a 1 (um);
- 13.3.17.** Os índices serão calculados da seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante Passivo Não Circulante
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



Investimento	(-) Gastos com Emissão de Ações
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

13.3.18. A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.3.19. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação;

13.3.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

13.3.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil;

13.3.22. Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;

13.3.23. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado art. 1.179, Lei 10.406/02 e art. 177 da Lei nº 6.404/76;

13.3.24. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

13.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, NOS TERMOS DO ART. 67, INCISOS I, II e III DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

13.4.1. Apresentação de 01 ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa em atividades compatíveis com o objeto licitado.

13.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



13.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

13.5.1. Alvará de Licença e Localização;

13.5.2. Declaração ou Alvará de vistoria da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

13.5.3.

13.6. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

13.6.1. Declaração, por parte da licitante, de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; (No que couber);

13.6.2. Declaração autorizando a Prefeitura Municipal de Curuçá, a realizar investigações complementares que se fizerem necessárias;

13.6.3. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

13.6.4. Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

13.6.5. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13.6.6. Declaração que inexistem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

13.6.7. Declaração que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

13.6.8. Declaração que conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.6.9. Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.6.10. Declaração que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 14.1. Cumprir com os prazos de fornecimentos determinados neste Termo de Referência.
- 14.2. Executar os serviços de acordo com as normativas aplicáveis aos serviços contratados.
- 14.3. Refazer às suas custas, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela FISCALIZAÇÃO;
- 14.4. Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pela Fiscalização, assumindo todo o ônus do não comparecimento às mesmas.
- 14.5. Atender ao chamado da Secretaria demandante, no prazo estipulado neste documento, para regularizar a normalidade de funcionamento, substituindo e/ou reparando, os serviços;
- 14.6. Responder por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização e acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 14.7. Assumir inteira e integral responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, de licenças concernentes ao contrato, de seguros contra acidentes do trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários dos locais ou ainda a terceiros. Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, fornecedores, técnicos ou subempreiteiras etc;
- 14.8. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 14.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 14.10. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução dos serviços e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- 14.11. Designar preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do Contrato. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, à Comissão de Fiscalização do Contrato designada pela Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- 15.1. Expedir as Ordens de Serviço;
- 15.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO para a fiel execução do contrato;
- 15.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano,



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 15.4.** Notificar ao CONTRATADO, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção;
- 15.5.** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas nos produtos fornecidos.
- 15.6.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato;
- 15.7.** Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da CONTRATANTE e solicitar expressamente sua substituição;
- 15.8.** Informar à CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos serviços;
- 15.9.** Efetuar, no prazo previsto, o pagamento dos serviços executados, desde que a CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações e apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização de pagamento;
- 15.10.** Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 15.11.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 15.12.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

16. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

- 16.1.** A admissão de empresas reunidas em consórcio é decisão discricionária da Administração.
- 16.2.** Nesse sentido, leciona o renomado autor Marçal Justen Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410, nos seguintes termos, confira-se: “ O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.”
- 16.3.** A participação de consórcios é recomendável quando o objeto é considerado como de alto nível de complexidade e a licitação é de grande vulto, demandando maior conjunção de esforços dos particulares para execução, como bem observado na lição do autor Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, 13º Edição - 2009, p. 47, senão vejamos: “ Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.
- 16.4.** Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE CURUÇÁ



jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição . Isso se passa quando grandes quantidades de empresas isoladamente não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto de participantes.

- 16.5.** É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.
- 16.6.** Assim, nota-se que não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o termo de referência não traz nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas nessa condição.
- 16.7.** Nesse contexto, notabiliza que a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra a competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração, a união de potenciais concorrentes que poderiam disputar entre si, diminuindo o universo de propostas e eventual vantajosidade econômica.
- 16.8.** Dessa forma, a vedação quanto à participação de consórcio no presente procedimento não limitará a competitividade. Assim, resta demonstrado com base na natureza comum dos serviços delineados neste termo de referência que não há necessidade que empresas reúnam-se para junção de qualificações distintas destinadas a um mesmo fim, objeto deste processo.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CURUÇÁ, que correrá a conta do elemento orçamentário a ser indicado no momento da contratação.

Curuçá/PA, 04 de maio de 2026.

JEFFERSON
FERREIRA DE
MIRANDA:6176797
2253

Assinado de forma
digital por JEFFERSON
FERREIRA DE
MIRANDA:61767972253

Secretaria Municipal de Administração
Jefferson Ferreira de Miranda

FUNDO
MUNICIPAL DE
SAUDE DE
CURUCA:11674805000137
CURUCA:116748
Q5000137

Assinado de forma digital
por FUNDO MUNICIPAL DE
SAUDE DE
CURUCA:11674805000137
Dados: 2026.05.04 16:37:11
-03'00'

Secretaria Municipal de Saúde
Cesar de Campos Ferreira Sarnanho

HELLEN LAISE
PINHEIRO
ALVES:006868
77292

Assinado de forma
digital por HELLEN
LAISE PINHEIRO
ALVES:00686877292
Dados: 2025.07.21
09:10:06 -03'00'

Secretaria Municipal de Educação
Hellen Laise Pinheiro Alves

ARIANA ALMEIDA DE
MIRANDA:78275970253

Assinado de forma
digital por ARIANA
ALMEIDA DE
MIRANDA:78275970253
Dados: 2026.05.04
16:37:43 -03'00'

Secretaria Municipal de Assistência Social
Ariana Almeida de Miranda



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CURUÇÁ



Ciente e de acordo:

HAMILTON BRITO
DOS SANTOS
ALVES:36191663234

Assinado de forma digital por
HAMILTON BRITO DOS
SANTOS ALVES:36191663234
Dados: 2026.05.04 16:38:05
-03'00'

HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES
Prefeito



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32

ANEXO I-A

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À
Prefeitura Municipal de Curuçá
Ref.: **Chamamento Público nº003/2026**

A (razão social da empresa), inscrita(o) no CNPJ sob o nº, com sede (endereço completo), vem solicitar seu credenciamento no **Processo de Chamamento Público - 003/2026**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELF SERVICE), LANCHES, COOFEE BREAK E BUFFET SOB DEMANDA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS**, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- a) **Dados do Preposto:** nome completo, RG/CPF, endereço, telefone/whatsapp, e-mail para contato;
- b) Informação de dados bancários (Banco, agência e conta);
- c) Relação dos documentos apresentados em anexo;
- d) Data e assinatura do representante legal;

Declaramos estarmos cientes de que a inclusão ou exclusão dos serviços aos quais nos credenciaremos dependerá de anuência expressa do Município de Curuçá.

Atenciosamente,

LOCAL,de.....de 2026.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda para **prestação de serviços de fornecimento de refeições prontas (marmitex e self service), lanches e buffet sob demanda.**

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e nos instrumentos de planejamento, podendo ser prestado por diversas empresas do mercado local.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITEX E SELF SERVICE), LANCHES, COOFEE BREAK E BUFFET SOB DEMANDA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS.

3. INFORMAÇÕES BÁSICA

3.1. Número do Processo Administrativo: **017/2026-PMC.**

4. AREA REQUISITANTE

SECRETARIA DEMANDANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Administração	Jefferson Ferreira de Miranda
Secretaria Municipal de Finanças	Alessandro Miranda de Macêdo Martins
Secretaria Municipal de Obras Urbanismo e Transporte	Víctor Tadeu Modesto Rodrigues
Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura	Sirlene do Socorro Cabral Costa
Secretaria Municipal de Agricultura	Matheus da Silva Almeida
Secretaria Municipal de Cultura	Vanderson Garcia Ferreira
Secretaria Municipal de Turismo	Henrique Alves de Campos
Secretaria Municipal de Segurança Pública	Nelson Pablo Modesto da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento Estratégia	Artur Reginaldo S. da Silva
Secretaria Municipal de Esporte	Evaldo Luis Alves
Secretaria Municipal de Educação	Hellen Laise Pinheiro Alves
Secretaria Municipal de Saúde	Cesar de Campos Ferreira Sarnanho
Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social	Ariana Almeida de Miranda
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Carlos Alberto Silva da Silva Junior

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inciso I, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

- 5.1. A presente demanda decorre da necessidade de contratar empresas para a prestação de serviços de fornecimento de refeições prontas (marmitex e self service), lanches e buffet sob demanda com a finalidade de assegurar a adequada alimentação de servidores públicos, colaboradores e demais pessoas a serviço da Administração Municipal, no desempenho de atividades institucionais.
- 5.2. A contratação se mostra indispensável para suprir situações em que há **jornada de trabalho estendida**, execução de **serviços externos, atividades operacionais contínuas, ações emergenciais**, bem como a realização de **eventos, capacitações, reuniões, mutirões e demais atividades administrativas** que demandem a permanência dos servidores em serviço durante o período de refeições, sem possibilidade de deslocamento até suas residências.
- 5.3. Ressalta-se que o Município **não dispõe de estrutura própria**, como cozinha industrial ou equipe especializada, capaz de produzir, armazenar e distribuir refeições de forma regular, segura e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, o que torna necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento das refeições prontas.
- 5.4. Dessa forma, a contratação dos serviços, apresenta-se como solução adequada, eficiente e economicamente viável, garantindo **qualidade nutricional, segurança alimentar, agilidade no atendimento e continuidade das atividades administrativas**, contribuindo para o bom funcionamento dos serviços públicos e para o atendimento do interesse público.

6. DEMONSTRANDO O ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Inciso II, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

6.1. No momento, a Administração Pública Municipal de Curuçá não possui um Plano de Contratações Anual. Entretanto, a contratação está alinhada com os objetivos e metas do deste município. Ainda que não haja um Plano de Contratações Anual, a contratação está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação aplicável e no interesse público.

6.2. A previsão de recursos financeiros necessários para a realização desta contratação será incluída no orçamento do órgão ou entidade, garantindo a viabilidade financeira da contratação.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

- 7.1. Os itens têm natureza de bens comuns e continuada, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e deverão ser prestados no Município de Curuçá, por se tratar de serviços que serão solicitados sob demanda.
- 7.2. Os estabelecimentos a serem credenciados deverão atender às especificações técnicas quanto à qualidade das refeições, condições de higiene e segurança alimentar, compatíveis com as normas da Vigilância Sanitária para serviços de alimentação.
- 7.3. Os estabelecimentos deverão observar as normas e regulamentações aplicáveis, especialmente aquelas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

expedidas pela Vigilância Sanitária e pela legislação vigente, além de boas práticas na manipulação de alimentos, devendo a contratada dispor de suporte especializado, infraestrutura adequada e capacidade operacional para assegurar a continuidade, a qualidade e a confiabilidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

- 7.4. A diversidade de estabelecimentos credenciados deve ser suficiente para atender de forma abrangente às demandas do município variedade de cardápios e capacidade de atendimento conforme o fluxo de demanda.

Normas e Padrões de Qualidade

- 7.5. Os requisitos mínimos estabelecidos compreendem registro de pessoa jurídica regularmente constituída e em plena atividade; alvará da Vigilância Sanitária válido, emitido pela vigilância sanitária municipal ou estadual;
- 7.6. Conformidade com a Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;
- 7.7. Capacidade instalada para fornecimento de refeições balanceadas e nutritivas; e
- 7.8. Disponibilidade para atender as demandas apresentadas pela Administração Municipal.
- 7.9. Dessa forma, os requisitos mínimos estabelecidos visam assegurar que os estabelecimentos credenciados atendam às finalidades operacionais do município, contribuindo para a efetividade das ações institucionais, a qualidade do suporte alimentar oferecido e a melhoria contínua da prestação dos serviços públicos à população.

Requisitos Legais

- 7.10. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021.

Da participação ou vedação de empresas em consórcio:

- 7.11. Para o presente objeto não é necessária a previsão de participação de empresas de forma consorciada, considerando que o objeto não é complexo e pode ser desenvolvido por uma só empresa ou até mesmo mais de uma, sendo assim, o instituto, não representa para o caso estudado, maior garantia a execução contratual, e a sua não adoção permitiria maior facilidade para o processo de fiscalização.

Dos benefícios para ME e EPP

- 7.12. Conforme levantamento de mercado ficou evidenciado a existência de diversas empresas atuantes no ramo de alimentação dentro do município de Curuçá, plenamente capacitadas a prestar os serviços objeto da presente contratação, com observância aos requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

- 7.13.** Nesse contexto, a adoção de critério de contratação local, permitido pela legislação vigente, mostra-se tecnicamente vantajosa e compatível com o interesse público, especialmente sob a ótica do princípio da eficiência administrativa.
- 7.14.** A proximidade geográfica das empresas prestadoras possibilita maior agilidade no atendimento, mais celeridade e maior efetividade nos atendimentos, fatores essenciais para este tipo de serviço.
- 7.15.** Ressalta-se que a restrição de para a contratação com o mercado local não se destina a limitar indevidamente a competitividade, mas sim a assegurar melhor desempenho dos serviço, mitigando riscos de indisponibilidade prolongada e garantindo a continuidade das atividades operacionais essenciais. Tal medida encontra respaldo no próprio levantamento de mercado, que demonstrou a capacidade do mercado regional em atender plenamente às exigências da contratação.
- 7.16.** Tal diretriz encontra amparo no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece que, nos processos licitatórios, a Administração Pública pode e deve promover tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), como instrumento de incentivo ao desenvolvimento econômico e social local e regional, desde que compatível com o interesse público e devidamente justificado, como ocorre no presente caso.
- 7.17.** Dessa forma, a restrição de contratação local, conforme fundamentada neste Estudo Técnico Preliminar, revela-se legal, proporcional, tecnicamente justificada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

- 8.1.** A estimativa do quantitativo foi estruturada com base no mapeamento dos eventos oficiais promovidos pelo município de Curuçá, conforme lista abaixo:
- a) CARNAVAL
 - b) DIA INTERNACIONAL DA MULHER
 - c) FESTIVAL JUNINO
 - d) FESTIVAL FOLCLÓRICO
 - e) GAROTA E GAROTO VERÃO
 - f) DESFILE 07 DE SETEMBRO
 - g) CIRIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
 - h) ANIVERSÁRIO DA CIDADE
 - i) MARCHA PARA JESUS
 - j) CANTADA NATALINA
 - k) FESTIVIDADE DE SÃO BENEDITO ACHADO
 - l) BAILE DA TERCEIRA IDADE
 - m) DIA DA MULHER
 - n) CASAMENTO COMUNITÁRIO
 - o) DIA DO TRABALHADOR
 - p) JORNADA PEDAGÓGICA
 - q) SEMANA NACIONAL DO IDOSO
 - r) ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO DIA A DIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

- 8.2.** Os quantitativos estimados para buffet e coffee break, contemplam os eventos e atividades operacionais pelo período de 12 meses, considerando os eventos pontuais e que demandam um maior planejamento como jornada pedagógica que tem duração de 02 (dois) dias e que geralmente recebe um público de mais ou menos 1000 em cada dia, necessitando oferecer coffee break e buffets aos participantes. E, além de eventos como baile da Terceira idade, casamento comunitário, Festival Junino, Festival Folclórico que recebe autoridades da esfera Municipal, Estadual e Federal.
- 8.3.** A demanda de lanches dará subsídio da área servidos da área operacional que são escalados para eventos como carnaval, festival junino, festival folclórico, desfile 7 de setembro, cívico de Nossa Senhora do Rosário, aniversário da cidade, marcha para Jesus dentre outros.

9. ESTIMATIVA DE VALOR

- 9.1.** A Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos estão expostos na Planilha abaixo:

Nº	ITEM/DESCRIÇÃO	UND	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	REFEIÇÃO COMERCIAL BUFFET LIVRE - (almoço e janta)- Tipo Self Service - almoço ou jantar,contendo arroz, feijão, dois tipos de guarnição (massa, tubérculo, ou legumes cozidos, ensopados frito ou ao molho) dois tipos carnes (frango, carne suína, bovina ou peixe) salada com dois tipos de verduras (variadas) e uma bebida (refrigerante lata 350ml ou 300ml de suco). Deverá ser feito rodízio (variação) do cardápio para que não haja repetições diárias do mesmo cardápio. Disponíveis aos 7 dias da semana, sendo contratado a critério da administração.	UND	22.100	R\$ 40,08	R\$ 885.823,25
2	REFEIÇÃO TIPO MARMITA - individual acondicionada em embalagem térmica ou descartável apropriada (tipo marmita média, com capacidade entre 500g). Contendo:02 (duas) porções de proteína (carne bovina, peixe e/ou frango, ambos de primeira qualidade); 02 (duas) porções de carboidratos variados (ex.: arroz, feijão, macarrão, farofa, purê, etc.); 01 (uma) porção de salada fresca; 01 (uma) porção de legumes cozidos ou refogados. A refeição deverá ser entregue pronta para o consumo, observando-se as boas práticas de manipulação e higiene, conforme normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes	UND	20.000	R\$ 32,19	R\$ 643.700,00
3	LANCHES TIPO I - Contendo no mínimo: 01 Pão com queijo e presunto embalados em recipiente descartável com guardanapo de papel, 01 garrafa de 350ml de suco de frutas natural (acerola, Maracujá ou goiaba) ou 01 lata de 269ml de refrigerante nos sabores artificiais de cola, guaraná ou laranja.	UND	10.000	R\$ 14,91	R\$ 149.075,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

4	LANCHES TIPO II - Contendo no mínimo: 01 salgado frito ou assado, embalados em recipiente descartável com guardanapo de papel, 01 garrafa de 350ml de suco de frutas natural (acerola, Maracuja ou goiaba) ou 01 lata de 269ml de refrigerante nos sabores artificiais de cola, guaraná ou laranja.	UND	10.000	R\$ 17,76	R\$ 177.600,00
5	SERVIÇOS DE BUFFET PARA EVENTOS OFICIAIS - (MÍNIMO DE 100 PESSOAS) - Os serviços terão duração mínima de 06 (seis) horas de ventos, deverão incluir: garçons, copeira, louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos: entradas, 02 pratos quentes, 02 pratos frios, bebidas não alcoólicas de primeira linha, 02 sobremesas, sucos naturais (sabores a combinar)	UND	2.000	R\$ 101,86	R\$ 203.710,00
6	SERVIÇOS DE COFFEE BREAK - MESA MONTADA - (MÍNIMO 50 PESSOAS) - Os serviços terão duração mínima de 04 (quatro) horas de ventos. Os serviços deverão incluir: louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos no mínimo: : salgadinhos de forno e fritos, pães (mínimo de 02 opções), docinhos (mínimo 02 opções), bolos (mínimo de 02 opções), café, leite, iogurte, frutas (no mínimo 04 opções), sucos de fruta natural (sabores a combinar), água mineral	UND	3.000	R\$ 43,63	R\$ 130.875,00
7	SERVIÇOS DE BUFFET PARA EVENTOS OFICIAIS - (MÍNIMO DE 150 PESSOAS) Os serviços terão duração mínima de 06 (seis) horas de ventos, deverão incluir: garçons, copeira, louças em geral, transporte e logística completa, toalhas de mesa. Deverão ser servidos: entradas, 03 pratos quentes, 03 pratos frios, bebidas não alcoólicas de primeira linha, 02 sobremesas, sucos naturais (sabores a combinar).	UND	2000	R\$ 150,00	R\$ 300.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.490.783,25 (dois milhões quatrocentos e noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

- 9.2.** Para esta contratação, foi-se utilizado como referência para estimativa de preço o parâmetro adotado no inciso IV do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 que prevê a pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do Termo de Referência;
- 9.3.** A escolha dos fornecedores envolvidos foi motivada pelo fato de que estes pertencem ao comércio local e regional próximo, fomentando assim os micro e pequenos
- 9.4.** Por se tratar de mera estimativa de custeio de despesas com terceiros, tais valores não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para os CONTRATANTES, razão pela qual, não serão exigidos nem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

considerados para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações sem que isso justifique qualquer indenização a futura contratada.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 10.1.** O levantamento de mercado realizado para a contratação de serviços foi meticulosamente conduzido com o objetivo de identificar e avaliar todas as opções disponíveis que atendam aos requisitos estabelecidos pela Prefeitura, garantindo a melhor relação custo-benefício e conformidade com as exigências administrativas, operacionais e sanitárias.
- 10.2.** No levantamento realizado junto ao mercado, verificou-se que há disponibilidade de estabelecimentos aptos a atender às demandas do município. A partir dessa realidade, foram analisadas as alternativas possíveis para suprir a necessidade identificada.
- 10.3.** A primeira alternativa seria a realização de contratações diretas e avulsas, conforme a demanda surgisse. Essa hipótese mostra-se pouco eficiente, pois além de dificultar o planejamento dos eventos, compromete a previsibilidade de custos e aumenta o risco de interrupção da execução do objeto, já que não haveria garantia de disponibilidade imediata de estabelecimentos qualificados de acordo com a demanda, gerando descontinuidade no atendimento.
- 10.4.** Outra possibilidade seria a utilização de dispensas de licitação para pequenas contratações ao longo do período. Essa alternativa, contudo, além de representar risco de fracionamento de despesa e afronta ao princípio do planejamento, também gera ineficiência administrativa, pois exigiria a abertura de múltiplos processos, com maior consumo de tempo e recursos da Administração, sem garantia de economicidade.
- 10.5.** Por fim, avaliou-se a alternativa de adoção do credenciamento de pessoas jurídicas nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 (credenciamento paralelo e não excludente). Esse modelo é amplamente utilizado pela administração pública quando há a necessidade de ampliar a rede de prestadores qualificados, garantindo maior disponibilidade e qualidade na oferta dos serviços. Esse procedimento é ideal para serviços nos quais não há competição direta entre os interessados, pois o objetivo principal é habilitar o maior número possível de prestadores que atendam aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no edital. O credenciamento assegura atendimento contínuo e eficiente, permitindo que a Administração Municipal tenha à disposição diversos estabelecimentos qualificados sempre que necessário. A pluralidade de estabelecimentos especializados, devidamente regularizados perante os órgãos competentes, é essencial para garantir a execução ininterrupta do objeto. O procedimento assegura rede diversificada e qualificada de estabelecimentos, garantindo o cumprimento das finalidades institucionais com qualidade.

11. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 11.1.** A solução proposta para atender à demanda será realizada por credenciamento de pessoas jurídicas especializadas nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, credenciamento paralelo e não excludente como modalidade de seleção quando for viável e vantajosa para a Administração a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. Essa abordagem proporciona diversas vantagens.

- 11.2. O credenciamento possibilita a contratação de estabelecimentos especializados em diferentes localidades, garantindo diversidade de opções e flexibilidade de escolha, conforme preferência. A seleção de estabelecimentos qualificados assegura a oferta de alimentos de alta qualidade, preparadas em conformidade com normas sanitárias e nutricionais. O modelo de credenciamento permite ajustar a demanda conforme as necessidades da Administração Municipal e dos beneficiários, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.
- 11.3. A liberdade de escolha do estabelecimento proporciona maior autonomia e satisfação, respeitando preferências individuais quanto ao tipo de demanda. O credenciamento incentiva o fortalecimento da economia local, proporcionando oportunidades para estabelecimentos comerciais do município de Curuçá.
- 11.4. Essa solução visa atender às necessidades operacionais do município, garantindo qualidade, diversidade na execução do objeto. O credenciamento de estabelecimentos comprometidos com padrões sanitários e de qualidade reforça o impacto positivo das ações institucionais do Município de Curuçá.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 12.1. Considerando que o credenciamento visa habilitar diversos estabelecimentos aptos a executar o objeto desta contratação conforme demanda, não há no que se falar em parcelamento do objeto, uma vez que a própria natureza do procedimento já contempla a possibilidade de múltiplos prestadores simultaneamente credenciados.
- 12.2. Os principais benefícios dessa abordagem incluem:
 - a) **Ampliação da rede de atendimento:** Permite que diversos estabelecimentos se credenciem, garantindo disponibilidade e flexibilidade no atendimento das demandas;
 - b) **Liberdade de escolha:** Possibilita a seleção do estabelecimento que melhor atenda às suas necessidades e preferências;
 - c) **Diversificação de prestadores:** Reduz a dependência de um único estabelecimento e minimiza riscos relacionados ao não cumprimento de padrões de qualidade e à continuidade na execução do objeto.
- 12.3. A contratação será direta, por procedimento auxiliar de credenciamento, não havendo no que se falar em parcelamento ou adjudicação conjunta.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 13.1. Apresente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

14.1. Com o credenciamento de estabelecimentos especializados para a execução do objeto, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) **Garantia de Bem-Estar:** Proporcionar alimentos adequados e de qualidade assegurando condições apropriadas para o desempenho de atividades da Administração.
- b) **Eficiência Operacional:** Promover maior eficiência, mediante disponibilidade de rede credenciada de estabelecimentos qualificados e prontos para atender conforme a demanda.
- c) **Conformidade Sanitária:** Assegurar que a execução do objeto atenda aos padrões sanitários e nutricionais estabelecidos pela legislação vigente, mediante credenciamento exclusivo de estabelecimentos regularizados perante a Vigilância Sanitária.
- d) **Fortalecimento da Economia Local:** Fomentar parcerias com estabelecimentos comerciais dentro do município de Curuçá, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.
- e) **Continuidade e Qualidade na Prestação dos Serviços:** Assegurar o fornecimento ininterrupto com padrão de qualidade adequado, mediante pluralidade de estabelecimentos credenciados.
- f) **Eficiência na Gestão dos Recursos Públicos:** Garantir a aplicação eficiente dos recursos destinados ao suporte alimentar, mediante seleção de estabelecimentos que ofereçam a melhor relação custo-benefício, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência.

14.2. Os resultados serão mensurados por meio de relatórios de fornecimento, avaliações de qualidade periódicas, registros de atendimento e indicadores de satisfação atendidos pelos serviços municipais.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

15.1. Não existem providências a serem adotadas pela administração municipal, seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental. Considerando se tratar de serviços sob demanda das secretarias requisitantes.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. A execução dos serviços de fornecimento de refeições caracteriza-se como atividade de baixo impacto ambiental, de natureza comercial realizada em estabelecimentos fixos e/ou regulamentados pela Vigilância Sanitária.

16.2. Os eventuais impactos residuais relacionam-se à geração de resíduos orgânicos, embalagens e ao consumo de recursos naturais (água e energia elétrica). Como medidas de mitigação, serão adotadas orientações aos estabelecimentos credenciados quanto ao descarte adequado de resíduos com priorização da separação e encaminhamento à coleta seletiva municipal, práticas de uso eficiente de recursos hídricos e energéticos, incorporação de boas práticas ambientais nas atividades de preparo e fornecimento de refeições e priorização de materiais sustentáveis e biodegradáveis.

16.3. Não há necessidade de licenciamento ambiental específico, considerando o baixo potencial poluidor da atividade e sua natureza comercial previamente regulamentada pelos órgãos competentes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
Praça Cel. Horácio, 70 – CNPJ. 05.171.939/0001-32 - fone/fax:(91) 722-1139.CEP: 68.750-000

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE/ JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 17.1.** Pelo exposto, considerando todos os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que a contratação é viável, adequada e necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das ações institucionais desenvolvidas pela Administração Municipal de Curuçá.
- 17.2.** A análise da necessidade, dos requisitos da contratação, das estimativas de quantidades e valores, do levantamento de mercado, bem como da solução proposta, evidenciou a razoabilidade técnica e a vantajosidade da medida, especialmente por se tratar de credenciamento paralelo e não excludente, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação simultânea de pessoas jurídicas qualificadas em condições padronizadas, assegurando maior disponibilidade e qualidade, como também é economicamente mais vantajoso para a administração.
- 17.3.** Esta equipe de planejamento **DECLARA VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

JEFFERSON
FERREIRA DE
MIRANDA:6176797
2253

Assinado de forma
digital por JEFFERSON
FERREIRA DE
MIRANDA:61767972253

Secretaria Municipal de Administração
Jefferson Ferreira de Miranda

FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE DE
CURUCA:116748050
00137

Assinado de forma digital
por FUNDO MUNICIPAL DE
SAUDE DE
CURUCA:11674805000137
Dados: 2026.04.27 16:23:46
-03'00'

Secretaria Municipal de Saúde
Cesar de Campos Ferreira Sarnanho

Curuçá (PA), 27 de abril de 2026.

HELLEN LAISE
PINHEIRO
ALVES:006868
77292

Assinado de forma
digital por HELLEN
LAISE PINHEIRO
ALVES:00686877292
Dados: 2025.07.21
09:10:08 -03'00'

Secretaria Municipal de Educação
Hellen Laise Pinheiro Alves

ARIANA
ALMEIDA DE
MIRANDA:782
75970253

Assinado de forma
digital por ARIANA
ALMEIDA DE
MIRANDA:78275970253
Dados: 2026.04.27
16:24:00 -03'00'

Secretaria Municipal de Assistência Social
Ariana Almeida de Miranda

Ciente e de acordo:

HAMILTON BRITO
DOS SANTOS
ALVES:361916632
34

Assinado de forma
digital por HAMILTON
BRITO DOS SANTOS
ALVES:36191663234
Dados: 2026.04.27
16:24:25 -03'00'

HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES
Prefeito



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32

TERMO DE CONTRATO Nº XXXXXX/2026 – PMC
CREDENCIAMENTO XXXXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXXXXXXX
INEXIGIBILIDADE XXXXXX

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PARA **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ**, inscrita sob o CNPJ: **05.171.9390001-32** com Sede na Praça Coronel Horácio, Nº 70 – Centro – CURUÇÁ/PA, devidamente representada neste ato por seu Prefeito Municipal Sr. **HAMILTON BRITO DOS SANTOS ALVES, CPF: 361.916632-34**, doravante denominada “**CREDENCIANTE**”, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** - CEP: **XXXXX**, Telefones: (XX) **XXXXXX**, E-mail: **XXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, RG: **XXXXXX**, CPF: **XXXXXXX**, Cargo/Função: **XXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada “**CREDENCIADA**”, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº XXXXXXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, decorrente do **Credenciamento Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QTD	R\$ UNT	R\$ TOTAL
XXX	XXXXXXX	XXXXX	XXX	XXX	XXXX	XXXXXX
						XXXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1** O valor total da contratação é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**;
- 5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 5.3** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV) – Além das constantes no Termo de referência.

- 7.1** São obrigações do Contratante:

- 7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



7.1.7. Cientificar a administração municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias (quando houver) quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#)) - Além das constantes no Termo de referência.

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e ainda:

8.2.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.2.2. Paralisar a entrega, por determinação do contratante, que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



8.2.4. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.2.5. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.2.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1ª de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



b) Impedimento para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas f, g, h, i, j, k i, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art, 156, §5º, da Lei).

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas h, i, j, k, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1. Monitoria de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela adimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

d.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de Inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

10.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §9º) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133 de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846 de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.11. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

11.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3 Indenizações e multas.

11.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de CURUÇÁ/PA, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Exercício 2026

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE
----------------------	-------------------



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: XXXXXXXXXXXXXXX	

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município de CURUÇÁ/PA, Mural dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Pará e nos veículos oficiais de comunicação, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO ([art. 92, §1º](#))

16.1 Fica eleito o Foro da cidade de CURUÇÁ/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato Administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por estarem justos e contratados, firmam este instrumento contratual, que vai assinado eletronicamente por meio de Certificado Digital (Assinatura Eletrônica), usando o e-CPF do CONTRATANTE e o e-CNPJ da CONTRATADA (Resolução Nº 11.535 e Resolução Nº 11.536/TCM, de 2014).

CURUÇÁ/PA (Pa), XX de XXXXX de 2026.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
CNPJ 05.171.939/0001-32



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXX
XXXXXXXXXX
cargo
CREDENCIANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXX
CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____
NOME: CPF: NOME: CPF: